

## EM DEFESA DA LÍNGUA-COMUM DO ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO (\*)

Gladstone Chaves de Melo

Começo por lembrar que são estreitas e múltiplas as relações da língua com a cultura, até porque a língua, no entendimento saussuriano, é um fato de cultura. Além disso, ela reflete a cultura da comunidade, da sociedade, do povo, traduzindo-lhes o espírito, a maneira de ser. É também condicionante, porque permite o intercâmbio, as ininterruptas trocas de pensamentos, de invenções, de descobertas, de sentimentos, de vivências, que constituem o tecido da cultura, tomada agora a palavra em sentido sociológico.

Por fim – e esta é a minha perspectiva – a língua é um dos mais poderosos fatores de coesão e de unidade. Já o notara, em séculos pretéritos, o grande bispo de Hipona Santo Agostinho: *Linguae unitas et similitudo firmissimum est vinculum societatis humanae et religionis* – “A unidade e semelhança da língua constitui fortíssimo vínculo da sociedade humana e da religião”.

G. Fessard, em *Pax Nostra – Examen de conscience international* (Paris, 1936, p. 193), diz que a língua “representa, na origem do grupo social, o mais poderoso fator de unidade, por ser a condição de todos os outros elementos culturais que diversificam as nações”. De propósito eu trouxe à colação este autor, ensaísta, sociólogo, homem de idéias gerais, e não um lingüista, para mostrar como a visão do especialista sério não deforma a realidade. Ele poderá ver melhor, por dentro, conhecendo o nexa de causa, mas não destoa das conclusões do filósofo ou do analista social.

Se consultarmos a História, a lição é a mesma: o instinto dos povos e a sagacidade ou astúcia dos políticos descobriram que a língua é a senha da união ou da desagregação dos grupos humanos.

\* \* \*

A tendência natural das línguas é para a diversificação. A rigor, dois nacionais do mesmo país, dois vizinhos, dois membros da mesma família não falam em tudo coincidentemente. Mais: cada um de nós fala de diversas maneiras, conforme a situação concreta. Temos um “estilo” para o amigo íntimo, outro para o mero conhecido, outro para o antipático, tal outro para as crianças, e assim por diante. As diversas regiões de um país vão forjando seu dialeto; os grupos sociais fechados vão construindo sua gíria.

Mas, em sentido contrário, atuam (ou devem atuar) forças centrípetas, extralingüísticas, precisamente *culturais*, que repõem, ou estabelecem e mantêm a unidade.

Daf a existência de uma *língua-comum*, traço-de-união entre os diversos falares e os infinitos falantes, ponto-de-encontro, instrumento aceito de intercomunicação, selo de unidade, sinal de pertinência à mesma grande comunidade idiomática. Esta modalidade de língua todas as nações civilizadas a possuem, por escolha dentre as variantes locais, escolha de uma, que por fim a todos se impõe.

Quase sempre a eleita é a maneira de falar da corte, da capital, mas às vezes recai a eleição numa que já dera provas de si pela excelência dos escritores que nela se expressaram. Tal é, por exemplo, o caso da Itália, que tomou por língua-comum o florentino, principalmente por causa da força e prestígio de Dante e Petrarca.

Aliás, descabido não seria recordar que o filósofo da história H. Schneider fez do que ele chama “poesia clássica” padrão comparativo de culturas diferentes. Em todas estas (que atingiram certo grau) ocorreria um momento característico e definidor, manifestado na tal *poesia clássica*.

(\*) Comunicação apresentada ao 3º Congresso Internacional de Lusitanistas (Coimbra, junho de 1990).

sica, “que personifica o caráter próprio da nacionalidade, para a consciência do povo e dos seus vizinhos”. Baseado nisto, vê o ponto de referência para a Itália em 1265, com Dante; para a Espanha, em 1398, com Santillana; para a Inglaterra, em 1564, com Shakespeare; para a França, em 1606, com Corneille; para a Alemanha, em 1749, com Goethe; para a Rússia, em 1817, com Tolstoi; para a Grécia, em 525 a. C., com Ésquilo; para Roma, em 254 a. C., com Plauto. (Cf. *Filosofia de la Historia*, trad. esp., Barcelona, 1931, p. 223-325).

Todos os que pensam estão, pois, de acordo em que os grupos humanos buscam apoio na língua para seu natural desejo de unidade e coesão. E que, portanto, a constituição e a presença de uma língua-comum é fato natural, desejado, necessário.

Tornando a uma referência anterior – lição da História – mencionemos alguns exemplos eloqüentes, num sentido e noutro, isto é, de estabelecimento de uma forma lingüística ideal para esteio da suspirada unidade, e da utilização de um idioma local para marcar recusa à absorção federal ou absoluta.

Quando a Grécia deixou de ser um conjunto de cidades autônomas e se tornou Império, premente se fez a instauração de uma *koinè diálektos* (que significa precisamente “língua comum”), para servir de base e cimento à nova realidade política. E para tal foi escolhido o falar de Atenas, pela imensa importância cultural que ela teve no mundo grego, com seus poetas, historiadores e filósofos, alguns primorosos estilistas, como Platão e Aristóteles. Essa *coiné* (palavra hoje utilizada, ao mesmo fim, como termo técnico em Lingüística) foi instrumento de comunicação dos gregos desde o século IV a. C. até o século IX de nossa era.

O latim, originariamente língua de Roma, estendeu-se a toda a Península e depois a todo o mundo conquistado pelas legiões e submetido à Urbe, excluída a área em que dominava o grego, vencido pelas armas, porém vencedor pelo espírito, conforme proclamou Horácio. Com isso, todos os povos romanizados vieram a falar latim e acabaram por esquecer o idioma dos antepassados. Lá se foram o sabino, o etrusco, o úmbrio, o osco, e os diversos dialetos celtas, das Gálias ou da Hispânia, ou os falares púnicos do Norte da África.

O que nós hoje chamamos *francês* é a língua da burguesia parisiense, fixada no século XVII. O *espanhol* é o idioma de Castela Velha, que se estendeu para o sul, para o noroeste e para leste. Na Itália havia e ainda há muitos falares locais, alguns deles verdadeiras línguas, perfeitamente caracterizadas, embora o povo os considere *dialetti*. Um piemontês não entende um romanholo, menos ainda um napolitano. A menos que um e outro usem o florentino, língua-comum, que, por isso mesmo, é chamado italiano. Também muito dividida era e é a Alemanha, que adotou para instrumento de intercomunicação e signo de unidade a língua de Lutero, baseada na da Chancelaria da Saxônia.

O *russo* é a língua de Moscou, que, a partir de Pedro o Grande, foi ganhando terreno ao eslavônico, até então língua geral no país. O *inglês* se formou ao norte de Londres, onde a influência dinamarquesa simplificou extraordinariamente o sistema gramatical, germânico, da feição anterior. Por outro lado, os normandos encheram de francesismos o idioma da Corte, de modo que, por fim, a língua culta da Inglaterra veio a ser esse misto que aí está: um germânico dificilmente identificável, quase sem morfologia, com mais de quarenta por cento de palavras latinas, e com duas feições desencontradas e inconciliáveis, a falada e a escrita.

O caso do Brasil é mais simples e mais rico. Antes do descobrimento, os índios falavam centenas de línguas e dialetos, muito diferentes umas das outras, já que nem da mesma família eram. No litoral, do Rio Grande do Sul à foz do Amazonas, é que se falavam variantes de uma mesma língua, o *tupi*, logo gramaticalizado e unificado pelos missionários jesuítas. Pelo interior era a Babel: cada tribo tinha seu idioma.

Iniciada a colonização, em 1532, começa o português, língua transplantada, a estabelecer-se nos primeiros aglomerados urbanos, nas feitorias e nos adensamentos rurais, de criação de gado e de cultivo da cana de açúcar. Nessa altura os lusitanos já tinham uma *coiné*. A fala do Sul, do eixo Coimbra-Lisboa, já se desgarrara da feição anterior, galego-portuguesa, e se fixara em forma escrita a partir de Fernão Lopes. Pouco depois surgia o grande modelador da língua, Ca-

mões, que lhe deu fisionomia definitiva. Mas a feição popular era vária, porque desde o princípio foram para a nova terra emigrantes ou administradores oriundos de lugares diversos, com domínio do Norte, exatamente onde havia mais dialeção.

Temos elementos para supor que a língua falada dos primeiros colonizadores seria, fundamentalmente, o português arcaico final, do tipo documentado nos escritores do século XV. Quero dizer, a língua medieval, mas já com crase dos hiatos homogêneos, já sem vogais nasais pretônicas, já sem /d/ intervocálico na segunda pessoa do plural dos verbos. Só assim se explica a presença de muitos arcaísmos na linguagem popular brasileira, tais como *fremoso*, *avaliar*, *suzmana*, *Bertolameu*, *inzemplo*, *creşçudo*, *menhã*, *ũa*, *lũa*, *faria*, *vizão*, *assistir* (morar, habitar), *salvar* (saudar), “*vi ele*”; “*foi na missa*”, “*chegou em casa*”, “*nem não sei*”, e tantos outros.

Sobre esse fundo de português arcaico trabalharam índios e negros, estes mais do que aqueles, no sentido de simplificar o mecanismo gramatical da língua. Assim se terão originado diversos falares crioulos, dos quais o obsolecente “dialeto caipira” será um resíduo unificado,

Existe ainda um terceiro elemento caracterizador da nossa fala popular interiorana: é o sincretismo de dialetos portugueses. Como o povoamento do Brasil, por parte de Portugal, não obedeceu a uma política sistemática, para cada lugar, para cada núcleo vieram colonos de vária procedência.

Por isso, até hoje encontramos em áreas de Minas Gerais ou de Pernambuco, conviventes, formas do Alto e do Baixo Minho, transmontanias, beiroas, estremenhas, açorianas, com variantes aldeãs.

Por outro lado, a modalidade culta foi praticada desde os primórdios. As notícias escritas da terra e da gente afinam com as congêneres portuguesas, constitutivas daquilo a que Fidelino de Figueiredo chamou “ciclo dos descobrimentos” na literatura portuguesa. A *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, publicada em 1601, é literalmente camoniana. Muitos dos sermões do Padre Antônio Vieira, modelos de estreme vernaculidade, foram pregados na Bahia e alguns no Maranhão. Em Salvador instituiu o grande jesuíta escola de parenética, de onde saíram um Antônio de Sá ou um Eusébio de Matos, também eles praticantes de boa língua.

A torrencial literatura acadêmica, a *Musa do Parnaso*, de Manuel Botelho de Oliveira, o *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira (o livro mais lido no período colonial), tudo se pauta pelos cânones lusitanos.

Quanto aos poetas do chamado “grupo mineiro”, escusado é lembrar que escreveram com requinte, sobretudo Cláudio Manuel da Costa, escolhido, junto com poucos outros, para modelo e exemplo pelos organizadores do famoso *Dicionário da Academia de Ciências*, interrompido no fim da letra A.

Os primeiros românticos puseram o maior empenho no desempenho da língua, em mostrar que conheciam muito bem o idioma, seus muitos giros e sua riqueza vocabular. É o caso de Porto-Alegre, de Magalhães, de Alencar, sobretudo de Gonçalves Dias.

Estes dois últimos empregaram muitas palavras tupis, mas construíram a frase segundo a melhor lição clássica.

Rigorosos, até o excesso, foram os parnasianos; e Machado de Assis é, inegavelmente, o mais perfeito prosador da língua portuguesa contemporânea, levando, a este respeito, clara vantagem sobre seu coevo lusitano Eça de Queirós.

Coelho Neto e Rui Barbosa tanto pentearam e engalanaram seu estilo, que foram as vítimas prediletas da fúria iconoclasta dos modernistas da primeira hora, 1922.

E hoje, vivos ou há pouco falecidos, ainda existem alguns que fazem questão de escrever segundo os melhores padrões, compreendendo, como compreendem, que escrever corretamente é dever de homem culto e que escrever bem é preceito para o artista da palavra.

Temos, pois, uma ininterrupta tradição de vernaculidade, que transbordou para a linguagem coloquial tensa, para a distensa e até, remotamente, à popular.

\* \* \*

O *sermo uulgaris* brasileiro ostenta impressionante unidade, talvez sem equivalente no mundo. A rigor, só temos dois dialetos: um em diluição, o caipira, e outro tênue, o nordestino. Compare-se isto com Portugal, cem vezes menor do que o Brasil: além de vários dialetos, conhece outra língua românica, o mirandês, também ele modificado em quadramilês, sendinês e rionorês.

A redução de flexões a que acima aludimos não representa uma evolução, mas um *desvio*: à medida que ascende na escala social, passa o falante a usar as desinências. E os fenômenos de ultracoreção, como *melhas* (por *meias*), *bangalores* (por *bangalôs*), *peses*, em vez de *pés*, revelam inquestionavelmente essa consciência lingüística de afastamento do padrão.

Note-se ainda que, *grosso modo*, a pronúncia brasileira está mais próxima da antiga, a do século XVI, por exemplo, do que a atual de Portugal. O escurecimento dos /ee/ e /oo/ pretônicos deu-se, parece, na segunda metade do século XVIII e não ocorreu no Brasil. Os contemporâneos de Camões pronunciavam como ele e como nós: *setenta*, *Alemanha*, *favorece*, *merecer*, *liberal*, *desejava*, e não *s'etenta*, *Al'manha*, *favurece*, *m'r'cer*, *lib'ral*, *d'java*.

\* \* \*

Temos visto a importância da língua como fato e como veículo de cultura. Lembramos que qualquer comunidade, desde que atinja certo grau de apuração, busca uma forma lingüística ideal, uma *coine* que possa servir a todos de instrumento de comunicação, por cima das variantes regionais e grupais, e que funcione também como base do tratamento estético na poesia. Isto é um fato *natural*, ou seja, decorrente da vida normal das sociedades. Querer o contrário ou é utopia ou é petição de princípio, porque se ficaria hesitando entre este e aquele dialeto, esta ou aquela gíria...; ou teríamos uma linguagem artificial, pessoal, sem condições de aceitação.

Nos primeiros tempos do Brasil se falava mais tupi, até porque o número de brancos era muito inferior. Depois vieram os africanos, cuja maior parte falava idiomas nativos (alguns, chamados *ladinos*, tinham umas tinturas de português). Assim, os da terra e descendentes e a escravaria se expressavam em seus dialetos, e aos poucos iam aprendendo a língua do colonizador. Mas, é claro, imprimiam nela as marcas dos seus hábitos articulatorios, simplificavam-lhe a morfologia e decalcavam na sintaxe nova alguns dos seus giros próprios.

Não obstante, o português ia fazendo lentos progressos, não só pela influência ponderosa da classe senhorial mas também pelo crescente número de reinóis que emigravam para ficar. Avolumou-se consideravelmente a onda no século XVIII, com a descoberta das riquezas mineiras. Estima-se que então desembarcaram no Brasil 800.000 portugueses. E estes passaram a ser mestres naturais e involuntários da boa língua.

Já se tem dito que até esse século XVIII no Brasil se falava mais tupi que português. A afirmação, porém, carece de prova, bem difícil de fazer. Naturalmente a situação variava de lugar para lugar: nos aldeamentos de índios ou nas concentrações de africanos não imperaria o português; mas nos centros urbanos praticamente só se falava a língua românica.

Vale a pena transcrever um depoimento do Padre Antônio Vieira, relativo ao século XVII, sem que se lhe possa precisar a data, porque está num sermão escrito muito depois de pronunciado:

Sobretudo o testifica o mesmo uso, de que nos lembramos os velhos, em que a nativa língua portuguesa não era mais geral entre nós que a brasílica. Isto é o que alcancei, mas não é isto que vejo hoje não sei se com maior sentimento, ou maior admiração. (*Sermões*, VIII, 1690, p. 520)

Desde os começos do século XIX se multiplicam os testemunhos de uso do português, um pouco por toda a parte, inclusive em grupamentos indígenas. É o informe de Saint-Hilaire, por exemplo, em 1821, quando ele compara a situação da aldeia de São Pedro dos Índios em 1789

com a dos seus dias, em que somente índios idosos falavam seu idioma, e ainda assim envergonhados. Acrescenta que só davam trela à língua nativa estimulados pela cachaça.

Oliveira Lima inclui entre os benefícios trazidos por D. João VI o desenvolvimento urbano. Aumentada a população das cidades, passaram elas a ser focos de cultura e centros de irradiação da língua portuguesa mais bem praticada. Ninguém ignora, aliás, que as sociedades são constituídas de camadas em pirâmide, de tal arte que a camada inferior tende a imitar a superior. Tendências de imitação e seleção, como ensina Sorokin. Por isso, foi crescente e importantíssima a atuação lingüística niveladora exercida pelas cidades sobre as vilas, aldeias e até sobre as zonas rurais limítrofes.

Assim, a partir das primeiras feitorias da costa, a partir dos primeiros núcleos urbanos, o português foi conquistando terreno. Subiu a serra, atravessou-a, foi-se alargando pelo vasto interior. E o resultado final se patenteia aos nossos olhos, melhor, aos nossos ouvidos: do Roraima ao Chuí, da Ponta de Seixas à Serra da Contamana se fala e se entende a língua portuguesa, vocálica, melodiosa, musical, como no-la trouxeram os descobridores.

\* \* \*

Barbosa Lima Sobrinho, homem de idéias gerais, escreveu um livro cheio de sabedoria e sensatez, muito melhor do que o de certos “especialistas” deformados por preconceitos – *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil* (Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1958).

Achamos então cabível trazer para aqui uns trechos do final desse trabalho:

Eu não me atrevera a enfrentar, sem um glossário, esses livros de literatura regional e não posso compreender que me pertença um idioma, cuja leitura e cuja compreensão dependa do uso de vocabulários especiais. (p. 198)

E mais adiante:

A conclusão, pois, a que não podemos fugir é a de que, se temos o privilégio, apesar da vastidão de nosso território e da variedade de fatores que concorrem para a diversificação de nossos falares, de nos entendermos facilmente de extremo a extremo do Brasil, devemos-lo a essa língua portuguesa, que foi, desde a fase colonial, uma das forças decisivas da unidade do país. Ela é que nos prendeu através dos séculos da formação; ela é que assiste ao nosso desenvolvimento e à nossa expansão. (...) Permitiu que se sentissem como um só povo as gentes esparsas no litoral imenso, do Extremo Norte às fronteiras do Sul, constituindo-se em fator de repulsa à colonização holandesa, que ameaçara dividir o país em diversas regiões inajustáveis. (p. 200)

Nunca nenhum separatismo vingou no Brasil. E não há dúvida de que esse feliz resultado se deveu à língua. Não só a ela, mas *também* a ela, traço-de-união, senha de nacionalidade, ponto de encontro das almas e dos corações.

Por isso, tarefa patriótica será sempre defender e ilustrar a nossa língua comum, a nossa *coiné*; ensiná-la, aprendê-la, praticá-la com amor e carinho. E, em contrário, empresa impatriótica, diluidora, segregacionista, desintegradora, pregar o desleixo, o espontaneísmo, o populismo lingüístico.

\* \* \*

A história e a situação atual da língua portuguesa nos países africanos têm estreitas analogias com o Brasil: transplantação, diferenciação, reunificação. Maiores semelhanças se observam em Angola, onde, aliás, a feição popular se aproxima bastante do nosso dialeto caipira.

Em todo caso, a pronúncia angolana é fundamentalmente a portuguesa de hoje, o que não ocorre no Brasil, que conservou, nas grandes linhas, o aspecto fonético metropolitano dos séculos XVI e XVII, como demonstrei há mais de quarenta anos, em *A Língua do Brasil*, tese agora aceita por quase todos.

Em Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe se formaram dialetos crioulos, muito próximos uns dos outros e sensivelmente afastados do tronco, de tal arte que considero o caboverdiano de barlavento nova língua, a talvez primeira saída das românicas. Mas isto não impede que os ilhéus sejam, digamos, bilingües, porque falam perfeitamente o português.

Tenho informações de que a nossa língua começa a correr perigo em Moçambique, por causa do inglês sul-africano, que estaria sendo, como estimada alternativa, aceito e usado pela “classe dominante” de lá. Não padece dúvida, porém, que a feição românica formada no Noroeste da Península Ibérica é hoje a língua do “mundo que o português criou”.

\* \* \*

Todos sentem, ou pressentem, que vivemos neste fim de século uma gravíssima crise de valores, que se estende por toda a área da cultura. E a língua não poderia escapar, como de fato não tem escapado. Um pouco por toda a parte se nota uma crescente desestima pela correção e pureza da norma culta, de maneira que se multiplicam os desvios e se insinuem modismos, giros, expressões e palavras destoantes da tradição e da deriva (*drift*).

Não se trata, ressaltamos, de inovações e criatividade, que estas fazem parte da chamada *vida* das línguas; trata-se, ao contrário, de aberrações, de abastardamento, de perda de distinções, de abusiva (e às vezes sistemática) utilização de *mots passepartout*, de termos omnibus.

No Brasil se vai dando isto, afilivamente, com o verbo *colocar*, que desterrou o verbo *pôr* e invadiu o campo de outros, como *dizer*, *perguntar*, *objetar*, *contestar*, *afirmar*, *equacionar*. Na linguagem dos jornais, as pessoas “colocam” em dia suas contas, uma empresa “coloca” à venda seus carros, o governo “coloca” em disponibilidade funcionários ociosos ou supérfluos, e até li que, no Pantanal Matogrossense, uma jacaré-fêmea “colocou” um ovo.

Também em Portugal se insinua e se generalizam distorções desse tipo, sem falar na pronúncia de Lisboa (nomeadamente na televisão), que vai transformando “a nossa português casta linguagem”, sonora e vocálica, num idioma consonântico e que, mercê de haplogias sintáticas infinitas, vai baninho a preposição *de* nos sintagmas duais, u.g. “Cai G’ral D’pósitos” (Caixa Geral de Depósitos).

Gostaria que daqui, deste Congresso, partisse um apelo a professores, jornalistas, oradores e escritores em geral, para que voltem a cultivar a vernaculidade, a boa e apurada norma.

É ela o traço-de-união dos luso-falantes, que já se aproximam dos duzentos milhões. É o patrimônio espiritual de sete povos, diferentes na história e na feição, mas solidários e irmanados, precisamente pelo idioma.

Gostaria que todos os lusitanistas, devotos de Camões, cumprissem o voto exarado no segundo terceto deste poema do pernambucano Manuel Bandeira:

## A CAMÕES

Quando n’alma pesar de tua raça  
A névoa da apagada e vil tristeza,  
Busque ela sempre a glória que não passa,  
Em teu poema de heroísmo e de beleza.

Gênio purificado na desgraça,  
Tu resumiste em ti toda a grandeza:  
Poeta e soldado... Em ti brilhou sem jaça  
O amor da grande pátria portuguesa.

E enquanto o fero canto ecoar na mente  
Da estirpe que em perigos sublimados  
Plantou a cruz em cada continente,

Não morrerá sem poetas nem soldados  
A língua em que cantaste rudemente  
As armas e os barões assinalados.